



Prefeitura Municipal de Mucurici

Estado do Espírito Santo

MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DE GOVERNO - MUNICÍPIO

Emitente: *Unidade Central de Controle Interno do Poder Executivo*

Entidade: *Prefeitura Municipal de Mucurici*

Gestor responsável: *Atanael Passos Wagmacker*

Exercício: 2023.

1. RELATÓRIO

1.1. Introdução

Observando o que dispõe o artigo 74 da Constituição Federal de 1988, bem como o que dispõe o artigo 59 da Lei Complementar nº 101/2000 – LRF, essa unidade de controle interno realizou, no exercício supramencionado, procedimentos de controle, objetivando apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

A Controladoria Geral do Município de Mucurici, Órgão Central do Controle Interno, no exercício de sua missão institucional e, em cumprimento as suas obrigações legais, apresenta o corrente relatório e parecer.

A seguir apresentamos os pontos de controle selecionados para análise, os procedimentos adotados, seguidos das constatações e proposições sugeridas, emitindo, ao final, nosso parecer conclusivo.

1. Itens de abordagem prioritária						
1.1. Gestão fiscal, financeira e orçamentária.						
Código	Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo de Ponto de Controle	Amostra selecionada
1.1.3	Transferência de recursos orçamentária	Relatório de movimento financeiro PMM.	CRFB/88, art. 168.	Avaliar se os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidos os	Os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e	Relatório de Movimento financeiro emitido do software de contabilidade pública e CF/88 art 168.

	rios ao Poder Legislativo			créditos suplementares e especiais, destinados aos órgãos do Poder Legislativo, foram transferidos pelo Poder Executivo até o dia 20 de cada mês, em duodécimos.	especiais, destinados aos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público, ser-lhes-ão entregues até o dia 20 de cada mês, na forma da lei complementar...	
--	---------------------------------	--	--	--	--	--

Constatações: Os repasses foram realizados em:

DATA DO PAGTº/ VALOR

19/01/2023 – R\$ 108.333,00	18/08/2023 – R\$ 108.333,00
17/02/2023 – R\$ 108.333,00	20/09/2023 – R\$ 108.333,00
20/03/2023 – R\$ 108.333,00	20/10/2023 – R\$ 108.333,00
19/04/2023 – R\$ 108.333,00	20/11/2023 – R\$ 108.333,00
19/05/2023 – R\$ 108.333,00	20/12/2023 – R\$ 108.337,00
20/06/2023 – R\$ 108.333,00	
20/07/2023 – R\$ 108.333,00	

1.4. Limites constitucionais e legais

Código	Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo de pontos de controle	Amostra selecionada
1.4.1	Educação – aplicação mínima	Relatório Resumido de Execução Orçamentária - RREO – ANEXO 8	CRFB/88, art. 212, Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 69.	Avaliar se a aplicação de recursos na manutenção e no desenvolvimento do ensino atingiu o limite de vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino, considerando recursos aplicados a totalidade de despesas liquidadas compatíveis à função de governo, conforme Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB.	A Constituição federal estabelece: art 212. A união aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os estados, o Distrito Federal e os Municípios 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.	RREO – Relatório Resumido de Execução Orçamentária de 2023 (Anexo 8) e art. 212 – CF/88.

Constatações: Conforme dados constantes na RREO 2023– Anexo 8 (Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino-MDE), apresentam as receitas resultantes de impostos = R\$ 31.291.621,62 (trinta e um milhões, duzentos e noventa e um mil, seiscentos e vinte e um reais e sessenta e dois centavos). As Receitas Resultantes de Transferências Constitucionais e Legais = R\$ 29.008.858,97 (vinte e nove milhões, oito mil reais, oitocentos e cinquenta e oito reais e noventa e sete centavos). Valor aplicado na manutenção e desenvolvimento do ensino R\$

8.517.096,91 (oito milhões, quinhentos e dezessete mil, noventa e seis reais e noventa e um centavos). Sendo assim, o percentual de aplicação em MDE realizada pelo município de Mucurici alcançou na data base de 31/12/2023 o índice de 27,22% (vinte e sete vírgula vinte e dois por cento) sobre os recursos arrecadados de impostos e transferências Constitucionais e Legais, ultrapassando o limite anual mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) estabelecido no art. 212 – CRF/88.

1.4.2	Educação – remuneração dos profissionais do magistério	Relatório Resumido de Execução Orçamentária - RREO – ANEXO 8	CRFB/88, art. 60, inciso XII do ADCT.	Avaliar se foram destinados, no mínimo, 70% dos recursos do FUNDEB ao pagamento dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício.	A Lei Federal nº 11.494/97 estabelece: art. 22 pelo menos 60% (sessenta por cento) dos recursos anuais totais dos fundos serão destinados ao pagamento da remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública.	RREO – Relatório Resumido da Execução Orçamentária –2023 (anexo 8) – Lei Federal nº 14.276/21.
-------	--	--	---------------------------------------	--	--	--

Constatações: Os dados constantes no RREO 2023– Anexo 8, apresentam as receitas líquidas resultantes do FUNDEB R\$ 4.443.689,48 (quatro milhões, quatrocentos e quarenta e três mil, seiscentos e oitenta e nove reais e quarenta e oito centavos); O valor das despesas para pagamento dos profissionais do Magistério = R\$ 4.285.046,34 (quatro milhões, duzentos e oitenta e cinco mil, quarenta e seis reais e trinta e quatro centavos). Portanto as despesas com pagamento dos profissionais do Magistério do Município de Mucurici alcançou na Data Base de 31/12/2023 o índice de 96,43% (noventa e seis vírgula quarenta e três por cento) sobre as receitas líquidas resultantes do FUNDEB. Ultrapassando o limite anual mínimo de 70% (setenta por cento) estabelecido pela Lei 14.276/21.

1.4.4	Saúde – aplicação mínima.	Relatório Resumido de Execução Orçamentária - RREO – anexo XII	CRFB/88, art. 77, inciso III, do ADCT c/c LC 141/2012, arts. 6º e 7º.	Avaliar se foram aplicados, em ações e serviços públicos de saúde, recursos mínimos equivalentes a 12% e 15%, respectivamente, pelo estado e pelos municípios, da totalidade da arrecadação de impostos e das transferências que compõem a base de cálculo conforme previsto na CRFB/88 e na LC 141/2012.	A Lei Complementar nº 141/2012 estabelece: art.7º Os municípios e o Distrito Federal aplicarão anualmente em ações e serviços públicos de saúde, no mínimo, 15% (quinze por cento) da arrecadação dos impostos que se refere o art. 156 e dos recursos de que tratam o art. 158 e a alínea “b” do inciso I do § 3º do art. 159, todos da Constituição Federal.	RREO – Relatório Resumido da Execução Orçamentária de 2023 (Anexo XII) e Art. 7º - LC 141/12.
-------	---------------------------	--	---	---	--	---

Constatações: Os dados constantes no RREO 2023 – Anexo XII (demonstrativo da receita de impostos líquida e das despesas próprias com ações e serviços públicos de saúde), apresentam as receitas resultantes de impostos = R\$ 2.282.762,65 (dois milhões, duzentos e oitenta e dois mil, setecentos e sessenta e dois reais e sessenta e cinco centavos); as receitas resultantes de transferências constitucionais e legais = R\$ 27.462.050,58 (vinte e sete milhões, quatrocentos e sessenta e dois mil, cinquenta reais e cinquenta e oito centavos). Valor aplicado em ações e serviços públicos de saúde R\$ 7.754.596,88 (sete milhões, setecentos e cinquenta e quatro mil reais, quinhentos e noventa e seis reais e oitenta e oito centavos). Portanto a despesa em ações e serviços públicos de saúde realizada pelo Município de Mucurici alcançou na data base de 31/12/2023 o índice de 26,07% (vinte e seis vírgula sete por cento) sobre os recursos arrecadados de impostos

e Transferências Constitucionais e Legais, ultrapassando o limite anual mínimo de 15% (quinze por cento) estabelecido no art. 7º - LC 141/12.

1.4.7	Despesas com pessoal – limite	Demonstrativo da despesa com pessoal Anexo RGF	LC 101/2000, arts. 19 e 20.	Avaliar se os limites de despesas com pessoal estabelecidos nos artigos 19 e 20 LRF foram observados.	A Lei Complementar nº 101/00 estabelece: art 19 para fins do disposto no caput do art. 169 da constituição a despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, a seguir discriminados: III- município 60% (sessenta por cento); e art. 20 a repartição dos limites globais do art. 19 não poderá exceder os seguintes percentuais: III – na esfera municipal: a) 6% (seis por cento) para o legislativo, incluindo o Tribunal de Contas do Município, quando houver; b) 54% (cinquenta e quatro por cento) para o executivo.	RGF – relatório de gestão fiscal – 2º semestre de 2023 (anexo 1) e arts 19 e 20 LC 101/2000.
-------	-------------------------------	--	-----------------------------	---	---	--

Constatações: De acordo com o RGF 2023 -Anexo I (demonstrativo simplificado do RGF – Orçamento Fiscal e da Seguridade Social), apresenta a Receita Corrente Líquida – RCL = R\$ 41.445.952,75 (quarenta e um milhões, quatrocentos e quarenta e cinco mil, novecentos e cinquenta e dois reais e setenta e cinco centavos); a despesa total com pessoal = R\$ 18.187.404,79 (dezoito milhões, cento e oitenta e sete mil, quatrocentos e quatro reais e setenta e nove centavos); Portanto a despesa total com pessoal alcançou pelo Poder Executivo na data base de 31/12/2023 o índice de 43,88% (quarenta e três vírgula oitenta e oito por cento) sobre a RCL. Conforme a LRF inciso II do §1º do art. 59 o índice atingido **não está** no limite de alerta que corresponde a 48,60% (quarenta e oito vírgula sessenta por cento) nem atinge o limite prudencial qual seja 51,30% (cinquenta e um vírgula trinta por cento), ou ainda o limite máximo de 54,00% (cinquenta e quatro por cento). A LRF estabelece que o Gestor Municipal realize através da Secretaria Municipal de Finanças e Administração, o monitoramento constante das receitas e despesas, inclusive com adoção imediata de medidas visando reduzir o custeio da máquina pública, e conforme observa-se dos valores apresentados que o Poder Executivo está abaixo do limite de alerta estabelecido pela LRF.

1.4.10	Despesas com pessoal – limite prudencial vedações	RGF – Relatório de Gestão Fiscal de 2023 (anexo 1)	LC 101/2000, art 22, parágrafo único	Avaliar se as despesas totais com pessoal excederam 95% do limite máximo permitido para o Poder e, no caso de ocorrência, se as vedações previstas no artigo 22, parágrafo único inciso i e V, da	A LC nº 101/2000 no art. 22. A verificação do cumprimento dos limites estabelecidos nos arts. 19 e 20 será realizada ao final de cada quadrimestre. Parágrafo único. Se a despesa total com pessoal exceder a	RGF – Relatório de gestão Fiscal – 2023 (Anexo 1) e art. 22, parágrafo único e incisos I a V.
--------	---	--	--------------------------------------	---	---	---

				LRF foram observados.	95% (noventa e cinco por cento) do limite, são vedados ao Poder ou órgão referido no art. 20 que houver incorrido no excesso: Conforme incisos I a V da LRF.	
<p>Constatações: Conforme os dados do RGF 2023 – Anexo 1 (Demonstrativo da Despesa com Pessoal), que apresenta a Receita Corrente Líquida – RCL = R\$ 41.445.952,75 (quarenta e um milhões, quatrocentos e quarenta e cinco mil, novecentos e cinquenta e dois reais e setenta e cinco centavos) a despesa total com pessoal = R\$ 18.187.404,79 (dezoito milhões, cento e oitenta e sete mil, quatrocentos e quatro reais e setenta e nove centavos); o Poder Executivo NÃO ultrapassou o índice de 51,30% (cinquenta e um vírgula trinta por cento) de despesas com pessoal. Portanto a despesa total com pessoal pelo Poder Executivo na Data base de 31/12/2023 alcançou índice de 43,88% (quarenta e três vírgula oitenta e oito por cento) sobre a RCL. Não excedendo 95% do limite máximo permitido.</p> <p>Conforme a LRF inciso II do § 1º do art. 59 o índice atingido está distante do Limite de Alerta que corresponde pelo percentual de 48,60% (quarenta e oito vírgula sessenta por cento). A LRF estabelece que o Gestor Municipal realize através da Secretaria Municipal de Finanças e Administração, o monitoramento constante das receitas e despesas, inclusive com adoção imediata de medidas visando reduzir o custeio da máquina pública. De acordo com o parágrafo único do art. 22 da LRF – LC nº 101/2000 o Poder Executivo conforme estipulado poderá sofrer as penalidades legais previstas, caso atinja o limite máximo de 54% (cinquenta e quatro por cento). Cabe salientar, que o percentual gasto com pessoal foi minimizado do exercício passado para o exercício objeto de apreciação, sendo verificado com isso os esforços inseridos pelo gestor para minimizar os gastos.</p>						
1.4.11	Despesas com pessoal – extrapolação do limite – providências / medidas de contenção	RGF – anexo I	LC 101/2000, art. 23 c/c CRFB/88, art. 169, §§ 3º e 4º.	Avaliar se as despesas totais com pessoal ultrapassaram o limite estabelecido no artigo 20 da LRF e, no caso de ocorrência, se as medidas saneadoras previstas no artigo 23 (e 169, §§ 3º e 4º da CF 88) foram adotadas.	A LC nº 101/00 §1º a 4º do art. 23. Se a despesa total com pessoal, do Poder ou órgão referido no art. 20, ultrapassar os limites definidos no mesmo artigo, sem prejuízo das medidas previstas no art. 22, o percentual excedente terá de ser eliminado nos dois quadrimestres seguintes, sendo pelo menos um terço no primeiro, adotando-se entre outras, as providências previstas nos §§ 3º e 4º do art. 169. A despesa com pessoal ativo e inativo da união, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em LC. (Redação dada pela EC nº 19, de 1998) da CF/88.	RGF – Relatório de Gestão Fiscal de 2023 (anexo 1) art. 23 da LC 101/2000, e art. 169 da CF/88.

Constatações: Ficou constatado que o Poder Executivo NÃO ultrapassou o índice de 51,30 (cinquenta e um vírgula trinta por cento) de despesas com pessoal, índice equivalente a 95% (noventa e cinco por cento) sobre o limite máximo de 54% (cinquenta e quatro por cento) conforme os dados constantes no RGF 2023 – Anexo 1 (Demonstrativo da Despesa com Pessoal), que apresenta a Receita Corrente Líquida RCL de R\$ 41.445.952,75 (quarenta e um milhões, quatrocentos e quarenta e cinco mil, novecentos e cinquenta e dois reais e setenta e cinco centavos). A despesa total com pessoal = R\$ R18.187.404,79 (dezoito milhões, cento e oitenta e sete mil, quatrocentos e quatro reais e setenta e nove centavos); Portanto a despesa total com pessoal pelo Poder Executivo na Data base de 31/12/2023 alcançou índice de 43,88% (quarenta e três vírgula oitenta e oito por cento). A LRF estabelece que o Gestor Municipal realize através da secretaria municipal de finanças e administração, realize monitoramento constante das receitas e despesas, inclusive com adoção imediata de medidas visando reduzir o custeio da máquina pública.

2. Itens de abordagem complementar

2.1. Instrumentos de planejamento: Plano Plurianual - PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e Lei Orçamentária Anual – LOA

Código	Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo de Ponto de Controle	Amostra Selecionada
2.1.2	LDO – limitação de empenho.	LDO – Lei Municipal nº 807/2022	LC 101/2000, art. 4º, inciso I, alínea “b”.	Avaliar se a LDO aprovada para o exercício continha dispositivo estabelecendo critérios e forma de limitação de empenho, a ser efetivada nas hipóteses previstas na alínea b do inciso II do artigo 4º, no art. 9º e no inciso II do § 1º do art. 31, todos da LRF.	A LC nº 101/2000, art 4º A lei de diretrizes orçamentárias atenderá o disposto no § 2º do art. 165 da Constituição e: I- disporá também sobre: a) equilíbrio entre receitas e despesas; b) critérios e forma de limitação de empenho, a ser efetivada nas hipóteses previstas na alínea b do inciso II deste art. No art. 9º e no inciso II do § 1º do art. 31;	LDO – Lei Municipal nº 807/2022

Constatações: A LDO para o exercício de 2023 possui em seu artigo 24 critérios/mecanismos de limitação de empenho.

2.1.3	LDO – controle de custos e avaliação de resultados de programas	LDO - Lei Municipal nº 807/2022, arts. 39 e 40.	LC 101/2000, art. 4º, inciso I, alínea “e”.	Avaliar se a LDO aprovada para o exercício continha dispositivo estabelecendo normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos.	A LC nº 101/2000, art. 4º A Lei de Diretrizes Orçamentárias atenderá o disposto no § 2º do art. 165 da Constituição e: I- disporá também sobre: normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos do orçamento;	LDO - Lei Municipal nº 807/2022.
-------	---	---	---	--	--	----------------------------------

Constatações: Consta na Lei Municipal nº 807/2022 – LDO para o exercício de 2023, em seu artigo 39 que “O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal, obedecerá ao estabelecido no art. 50, § 3º da LRF. Parágrafo único – os custos serão apurados através de operações orçamentárias, tomando-se por base as metas fiscais previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício (art. 4º, “e” da LRF)”, e artigo 40 “Os

programas priorizados por esta lei e contemplados no Plano Plurianual, que integrarem a Lei Orçamentária de 2023 serão objeto de avaliação permanente pelos responsáveis, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios e avaliar seus custos e cumprimento das metas físicas estabelecidas (art. 4º I, “e” da LRF”).

2.1.4	LDO – condições para transferências de recursos a entidades privadas.	LDO - Lei Municipal nº 807/2022, art 32.	LC 101/2000, art. 4º, inciso I, alínea “f”.	Avaliar se a LDO aprovada para o exercício continha dispositivo estabelecendo condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas.	A LC nº 101/2000 art 4º A lei de diretrizes orçamentárias atenderá o disposto no § 2º do art. 165 da constituição e: I- disporá também sobre: f) demais condições e exigências para transferências de recursos e entidades públicas e privadas;	LDO - Lei Municipal nº 807/2022, art 32 e LC 101/2000 art. 4º inciso I, alínea “f”.
-------	---	--	---	---	---	---

Constatações: Consta na Lei Municipal nº 807/2022 – LDO para o exercício de 2023 em seu artigo 32 dispositivo que estabelece condições e exigências para transferências de recursos a entidades privadas.

2.1.5	LDO – Anexo de Metas Fiscais – abrangência	LDO – Lei Municipal nº 807/2022, Art. 1º, Inciso I. E Lei 812/2022	LC 101/2000, art. 4º, §§ 1º e 2º.	Avaliar se a LDO aprovada para o exercício continha Anexo de Metas Fiscais estabelecendo metas anuais relativas a receitas e despesas, resultados nominal e primário, montante da dívida pública, dentre outras informações, na forma estabelecida pela LRF.	Lei complementar nº 101/2000, art 4º A lei de diretrizes orçamentárias atenderá o disposto no § 2º do art. 165 da Constituição e: § 1º integrará o projeto de lei de diretrizes orçamentárias anexo de metas fiscais, em que serão estabelecidos metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes § 2º alíneas I a V.	LDO -Lei Municipal nº 807/2022, Lei 812/2022 e LC 101/2000 art. 4º inciso I, §§ 1º e 2º.
-------	--	--	-----------------------------------	--	--	--

Constatações: Consta na Lei Municipal nº 807/2022 – LDO para o exercício de 2023, dentre seus anexos, consta o anexo de Metas Fiscais. Infere-se que valores foram atualizados, conforme Lei 812/2022.

2.1.6	LDO Anexo de Metas Fiscais conteúdo	LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias Lei Municipal nº 807/2022.	Portaria STN nº 637/2012	Avaliar se os demonstrativos que integraram o Anexo de Metas Fiscais da LDO aprovada para o exercício foram elaborados em observância ao manual de	A portaria STN nº 637/2012 Considerando a necessidade de padronização dos demonstrativos fiscais nos três níveis de governo, de forma a garantir a consolidação das contas públicas na forma	LDO - Lei Municipal nº 807/2022 e Portaria STN nº 637/2012, art 1º Parágrafo Único e art. 2º.
-------	-------------------------------------	--	--------------------------	--	--	---

				demonstrativos fiscais editados pela STN.	estabelecida na Lei Complementar nº 101, de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), art. 1º, parágrafo único e art. 2º;	
--	--	--	--	---	---	--

Constatações: Os demonstrativos que integram as metas fiscais da LDO para o exercício de 2023, foram elaborados de acordo com o Manual do STN, sendo: Art. 7º - Metas Anuais; Art. 8º – Avaliação de Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior; Art. 9º – Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três exercícios anteriores; Art. 10º – Evolução do Patrimônio Líquido; Art. 11º – Origem e Aplicação de Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos; Art. 12º – Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita; Art. 13º – Margem de Expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.

2.1.7	LDO – Anexo de Riscos Fiscais – abrangência	LDO – Lei Municipal nº 807/2022 Art. 6º.	LC 101/2000, art. 4º, § 3º.	Avaliar se a LDO aprovada para o exercício continha Anexo de Riscos Fiscais avaliando os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas, caso esses passivos e riscos se concretizassem.	Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 74/2021	LDO 807/2022 e LC 101/2000, art. 4º, § 3º.
-------	---	--	-----------------------------	--	--	--

Constatações: Consta na lei municipal nº 807/2022 - LDO para o exercício de 2023, em seu artigo 27 providências a serem adotadas em caso de imprevisto.

2.1.8	LDO Anexo de Riscos Fiscais – conteúdo.	LDO – Lei Municipal nº 807/2022.	Portaria STN nº 637/2012 art. 165, § 7º.	Avaliar se o Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências que integrou a LDO aprovada para o exercício foi elaborado em observância ao Manual de Demonstrativos Fiscais editado pela STN.	A portaria STN nº 637/2012 considerando a necessidade de padronização dos demonstrativos fiscais nos três níveis de governo, de forma a garantir a consolidação das contas públicas na forma estabelecida na Lei Complementar nº 101, de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) art. 1º, parágrafo único e art. 2º;	LDO – Lei Municipal nº 807/2022, art. 1º, Parágrafo Único, e art. 4º.
-------	---	----------------------------------	--	---	---	---

Constatações: Consta na Lei Municipal nº 807/2022 – LDO para o exercício de 2023, o Anexo de Riscos Fiscais e o Demonstrativo de Riscos Fiscais e providências, elaborado conforme o Manual aprovado da STN.

2.1.14	LOA previsão de recursos	Relatório emitido do Software de Contabilidade	CRF/88 art 100, § 5º.	Avaliar se houve previsão na LDO e inclusão na LOA, de dotação necessária ao	Fica estabelecido na CF/88, § 5º. É obrigatória a inclusão, no orçamento das entidades de direito	Relatório emitido do Software de Contabilidade Pública
--------	--------------------------	--	-----------------------	--	---	--

	para pagamento de precatórios.	Publica - Orçamento		pagamento de débitos oriundos de sentenças transitadas em julgado, constantes de precatórios judiciais apresentados até 1º de julho na forma do artigo 100 da CRFB/88.	público, de verba necessária ao pagamento de seus débitos, oriundos de sentenças transitadas em julgado, constantes de precatórios judiciais apresentados até 1º de julho, fazendo-se o pagamento até o final do exercício seguinte, quando terão seus valores atualizados monetariamente. (redação dada pela Emenda Constitucional nº 62/2009)	
--	--------------------------------	---------------------	--	--	---	--

Constatações: Consta no Orçamento Municipal dotação para pagamento de sentenças judiciais para o exercício de 2023, no valor de R\$ 37.600,00 (trinte e sete mil e seiscentos reais).

2.2. Gestão fiscal, financeira e orçamentária

Código	Ponto de controle	Processo administrativo analisado	Base legal	Procedimento	Universo de ponto de controle	Amostra analisada
2.2.13	Créditos adicionais – autorização legislativa para abertura	LOA 814/2022 art.5º.	CRFB/88, art. 167, inciso V, c/c art. 43 da Lei nº 4.320/64.	Avaliar se houve abertura de crédito adicional suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes.	Na CF/88 art. 167. São vedados: V – a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes	Lei municipal nº 814/2022 art 5º. CF/88, art 167, inciso V, c/c art. 43 da Lei nº 4.320/64.

Constatações: Consta na Lei Municipal nº 814/2022 – LOA no art. 5º autorização para abertura de créditos adicionais suplementares até o limite de 50% (cinquenta por cento) sobre o total da despesa fixada em seus respectivos orçamentos.

2.2.14	Créditos adicionais – decreto executivo	Relatório emitido do Software da Contabilidade Pública.	Lei nº 4.320/1964, art. 42.	Avaliar se os créditos adicionais (suplementares ou especiais) autorizados por lei foram abertos mediante edição de decreto executivo.	A Lei nº 4.320/1964, art 42- Lei de Normas Gerais de Direito Financeiro: Os créditos suplementares e especiais especiais serão autorizados por lei e abertos por decreto executivo.	Decretos suplementações no orçamento, e a Lei nº 4.320/1964, art 42.
--------	---	---	-----------------------------	--	---	--

Constatações: Consta 15 (quinze) Decretos Executivos Suplementares no exercício de 2023, estando devidamente autorizados pela Lei Municipal 814/2022.

2.2.15	Créditos orçamentários – transposição remanejamento e transferências	LOA - Lei Municipal nº 814/2022.	CRFB/88, art. 167 inciso VI	Avaliar se houve a transposição, remanejamento ou transferência de recursos de uma categoria de programação para outra, sem prévia autorização legislativa.	A CF/88, art 167, inciso VI – a transposição, remanejamento ou transferência de recursos de uma categoria para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa.	LOA – Lei Municipal nº 814/2022, e CF/88 art. 167, inciso VI.
--------	--	----------------------------------	-----------------------------	---	---	---

Constatações: Não identificamos transposição, remanejamento ou transferência de recursos de uma categoria de programação para outra, sem prévia autorização legislativa.

2.2.19	Créditos extraordinários - abertura	Relatório de Créditos Adicionais disponibilizado pelo Setor de Contabilidade Pública.	CRFB/88, art 167 § 3º	Avaliar se houve abertura de crédito extraordinário para realização de despesas que não atenderam situações imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerras, comoção interna ou calamidade pública, observando o disposto no art. 62 da CRFB/88.	A CF/88, art 167, § 3º a abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender as despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública, observando o disposto no art. 62.	Relatório de créditos adicionais emitido do software de Contabilidade Pública e CF/88 art. 167, § 3º.
--------	-------------------------------------	---	-----------------------	---	--	---

Constatações: Conforme verificado no relatório não houve abertura de Créditos Extraordinários no Exercício de 2023.

2.2.21	Transparência na gestão – instrumentos de planejamento e demonstrativos fiscais	Verificação realizada no site e Portal da Transparência..	LC 101/2000, art. 48 e arts. 52 a 58 da LRF.	Avaliar se foi dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, aos seguintes instrumentos: PPA, LDO, LOA, Prestações de Contas Mensais e Anual, RREO e RGF, Pareceres Prévios emitidos por Órgão de Controle Interno e Externo, dentre outros. Avaliar, inclusive, se foram observadas as disposições contidas nos artigos 52 a 58 da LRF.	Na LC 101/2000, art. 48. São Instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da execução orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos. Parágrafo único.	Verificação realizada no site e Portal da Transparência, e LC 101/2000, art 48 e arts. 52 a 58 da LRF.
--------	---	---	--	---	--	--

Constatações: Verificamos que foram disponibilizados nos meios de acesso a informação deste Município o PPA 2022-2025, a LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias e a LOA – Lei Orçamentária Anual, de 2023, RREO e RGF, dentre outros instrumentos de planejamento e demonstrativos fiscais.

2.2.22	Transparência na gestão execução orçamentária	Análise/consulta ao Portal de Transparência da Prefeitura Municipal.	LC 101/2000, art. 9º.	Avaliar se foi objeto de divulgação em tempo real, de informações pormenorizadas da execução orçamentária e financeira, observadas as disposições contidas no art 48-A da LRF.	Na LRF a LC nº 101/2000 Art. 48. São instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o RREO e o RGF; e as versões simplificadas desses documentos.	Análise/consulta ao Portal da Transparência, e LC 101/2000 art 48 e arts. 52 a 58 da LRF.
<p>Constatações: O Portal de Transparência do Município de Mucurici tem passado por constantes atualizações e evoluído significativamente em relação aos anos anteriores, dando aos cidadãos um amplo e irrestrito acesso às informações da Gestão Municipal com implantação de mecanismos e ferramentas que o Poder Público deve oferecer ao cidadão para uma transparência mais eficaz. Através de um consulta e análise no Portal da Transparência do município de Mucurici verificamos que foram feitas movimentações e divulgações de informações pormenorizadas.</p>						

1.2 Constatações e Proposições

1.1.3, 1.4.7, 1.4.10 e 1.4.11 – O gestor tem cumprido com o exigido, e a recomendação é para que o Gestor Municipal continue realizando através da Secretaria Municipal de Finanças e Administração, o monitoramento constante da data de transferência referente aos créditos especiais e suplementares aos órgãos do Poder Legislativo; Que observe as receitas e despesas, inclusive com regular verificação da Despesa Total com Pessoal para que o índice sempre esteja distante do limite prudencial que é a partir de 51,30% (cinquenta e um vírgula trinta por cento), o qual foi devidamente seguido, sendo ainda observado a diminuição do índice no que concerne os valores do exercício anterior.

2.1.2, 2.2.14 - A recomendação é para que o Gestor Municipal possa seguir cumprindo efetivamente os critérios de limitação de empenho e realizando a edição de decretos para tal.

2.2.22 - A recomendação é para que o Gestor solicite o aprimoramento do Portal de Transparência adequando-o para uma navegação fácil e rápida através do chamado “2 cliques” critério para se ter uma boa usabilidade, e para que possa



Prefeitura Municipal de Mucurici

Estado do Espírito Santo

automatizar o software e a exportação das informações do setor de licitações, contratos, contábil, estoque, almoxarifado e RH para o Portal de Transparência, conforme definido pelo Decreto Federal nº 7.185/2010, que considera a liberação em “tempo real” à disponibilização das informações, em meio eletrônico que possibilite amplo acesso público, até o primeiro dia útil subsequente à data do registro contábil no respectivo sistema, sem prejuízo do desempenho e da preservação das rotinas de segurança operacional necessários ao seu pleno funcionamento, atendendo assim as disposições legais.

2. PARECER DO CONTROLE INTERNO

Examinamos a prestação de contas anual elaborada sob a responsabilidade do Sr. Atanael Passos Wagnacker, Prefeito do Município de Mucurici/ES, relativa ao exercício de 2023.

Em nossa opinião, tendo como base os objetos e pontos de controle avaliados, elencados no item 1 desta manifestação, ao analisar a referida prestação de contas não foram constatadas irregularidades insanáveis no exercício de 2023 quando da aplicação das técnicas de verificação de processos e procedimentos de controle, esboço apresentado no item anterior e em vista dos procedimentos verificados neste relatório, estando desta forma as contas regulares.

Mucurici, 25 de março de 2024.

Jossiléia Silva de Oliveira Soares
Controladora Interna